

Os Acordos para a Troca de Informações Fiscais entre Países e a Legislação Brasileira

2018

Caio César Morato

OS ACORDOS PARA A TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS ENTRE PAÍSES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

© Almedina, 2018

AUTOR: Caio César Morato

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584934157

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morato, Caio César

Os acordos para a troca de informações fiscais
entre países e a legislação brasileira / Caio César
Morato. -- São Paulo : Almedina, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-415-7

1. Acordos internacionais 2. Direito
constitucional 3. Direito internacional 4. Direito
tributário 5. Organização para Cooperação e
Desenvolvimento Económico - OCDE 6. Sigilo bancário
7. Sigilo fiscal I. Título.

18-21650

CDU-341.24:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Troca de informações fiscais : Acordos internacionais :
Direito tributário internacional 341.24:336.2

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Novembro, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
Aproximação Entre os Acordos Internacionais Para a Troca de Informações Fiscais Firmados Pelo Brasil e o Seu Direito Doméstico: Possibilidades e Limites	9
INTRODUÇÃO	19
1. O SIGILO FISCAL NO DIREITO BRASILEIRO	27
1.1. Os Direitos Fundamentais dos Contribuintes	27
1.2. O Sigilo Fiscal e a Constituição Federal	29
1.3. O Sigilo Fiscal na Legislação Infraconstitucional	33
1.3.1. O Sigilo Fiscal e o Código Tributário Nacional	33
1.3.2. O Sigilo Bancário e Fiscal e a Lei Complementar nº 105/2001	39
1.3.3. O Decreto nº 3.724/2001	42
1.3.4. O Sigilo Fiscal e as Regras da Portaria nº 2.344/2011 da Receita Federal do Brasil	44
1.4. O Sigilo Fiscal e a Jurisprudência no Brasil	45
1.4.1. O Sigilo Fiscal e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	45
1.4.2. O Sigilo Fiscal e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	50

1.4.2.1. O RE nº 601.314 e a Constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2001	54
2. OS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS A TROCA DE INFORMAÇÕES PARA FINS FISCAIS	61
2.1. O Princípio da Transparência Fiscal	61
2.2. O Princípio da Cooperação Internacional	63
2.3. Os Princípios da Moralidade e da Proporcionalidade	65
2.4. A Proteção de Dados na União Europeia	67
3. A SOCIEDADE DE RISCO E A TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS ENTRE PAÍSES	71
4. A TROCA DE INFORMAÇÕES NOS TRATADOS ASSINADOS PELO BRASIL	77
4.1. O Artigo 26 nos Tratados Assinados pelo Brasil de Acordo com a Convenção Modelo Sobre a Tributação da Renda e do Capital da OCDE	78
4.1.1. Artigo 26, Parágrafo 1 – O Espaço de Aplicação	80
4.1.2. Artigo 26, Parágrafo 2 – Necessária Manutenção do Sigilo	84
4.1.3. Artigo 26, Parágrafo 3 – Competência	85
4.1.4. Artigo 26, parágrafo 4 – Necessidade das Informações	86
4.1.5. Artigo 26, Parágrafo 5 – A Obrigação de Fornecer Informações Protegidas Pelo Sigilo Bancário	86
4.2. O Acordo Assinado entre Brasil e Estados Unidos da América	86
4.2.1. Objetivo do Tratado	87
4.2.2. Jurisdição	87
4.2.3. Tributos Abrangidos	87
4.2.4. Definições	88
4.2.5. Troca de Informações a Pedido	88
4.2.6. A Possibilidade de Negar um Pedido	90
4.2.7. Confidencialidade	90
4.2.8. Das Despesas	90
4.2.9. Solução das Divergências	90
4.3. O FATCA – “ <i>Foreign Account Tx Compliance Act</i> ”	91

4.4. O Brasil e a Convenção Modelo Sobre Troca de Informações Para Fins Tributários	92
4.4.1. O Escopo do Tratado	93
4.4.2. Jurisdição	94
4.4.3. Tributos Alcançados	94
4.4.4. As Definições	94
4.4.5. Troca de Informações a Pedido	95
4.4.6. Auditoria Fiscal no País Solicitado	95
4.4.7. A Negativa do Pedido	95
4.4.8. A Obrigatória Confidencialidade	96
4.4.9. Responsabilidade Pelos Custos	96
4.4.10. Solução de Disputas	96
4.5. A Convenção Multilateral Sobre Assistência Administrativa em Matéria Fiscal	97
4.5.1. Escopo do Tratado	98
4.5.2. Tributos Relacionados	98
4.5.3. A Troca de Informações como Modalidade de Assistência Administrativa	99
4.5.4. Quanto a Proteção do Direito dos Contribuintes	100
5. A TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES E O FUTURO	103
6. O BRASIL E O BEPS	107
6.1. Action 5	110
6.2. Action 11	111
6.3. Action 12	112
7. OS PONTOS DE COLISÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS COM OS ACORDOS INTERNACIONAIS CELEBRADOS PELO BRASIL	115
7.1. A Troca de Informações e o Direito Constitucional à Ampla Defesa e ao Contraditório	117
7.2. O Sigilo Fiscal e a Troca de Informações	120
7.3. A Impossibilidade de Utilização das Informações para Outros Fins Não Fiscais	123
7.4. A Interpretação do Artigo 26, Parágrafo 3, da Convenção Modelo à Luz da Legislação Brasileira	123

OS ACORDOS PARA A TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS ENTRE PAÍSES E A LEG. BRASILEIRA

7.5. A Responsabilidade Civil dos Estados em Razão da Indevida Troca De Informações	124
7.6. O Princípio da Irretroatividade no Direito Tributário e a Troca de Informações	125
7.7. O FATCA e o Direito Brasileiro	127
CONCLUSÕES	131
REFERÊNCIAS	133